

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.363 - SC (2018/0326649-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRIDO** : P E P MÓVEIS E CONFECÇÕES LTDA  
**ADVOGADO** : FAUSTINO FRONZA NETO - SC045443

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ESCRITURAIS. RESSARCIMENTO. ART. 24 DA LEI N. 11.457/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. TEMA 1.003. MATÉRIA AFETADA PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS, ART. 1.037 DO CPC/2015. REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA RECURSOS ESPECIAIS 1.768.415/ SC, 1.768.060/RS E 1.767.945/RS. SUSPENSÃO DO PROCESSAMENTO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM, COM A RESPECTIVA BAIXA.**

**DECISÃO**

A questão tratada nos autos - "Definição do termo inicial da incidência de correção monetária no ressarcimento de créditos tributários escriturais: a data do protocolo do requerimento administrativo do contribuinte ou o dia seguinte ao escoamento do prazo de 360 dias previsto no art. 24 da Lei n. 11.457/2007." - foi afetada, em 20/11/2018, para julgamento pelo rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 1.037 do CPC/2015, nos autos dos Recursos Especiais 1.768.415/ SC, 1.768.060/RS e 1.767.945/RS, conforme Tema n. 1.003, tendo sido determinada a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

Desse modo, em observância ao princípio da economia processual, é possível ao relator determinar o retorno dos autos à origem, onde ficarão sobrestados até a publicação do acórdão proferido nos autos do recurso representativo da controvérsia, devendo tais recursos serem apreciados na forma prevista nos arts. 1.040, I e II, e 1.041 do novo CPC/2015.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso representativo da controvérsia, o apelo especial: a) tenha seguimento denegado na hipótese do acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ; ou b) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, caso o aresto hostilizado divirja do entendimento firmado nesta Corte (arts. 1.039, 1.040, I e II, e 1.041 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator